



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 6.283 milhões (2011 - R\$ 3.615 milhões). O índice de inadimplência acima de 30 dias, calculado com base na quantidade de contratos, ficou em 2,55% (2011 - 2,56%). O lucro do exercício atingiu R\$ 49 milhões (2011 - R\$237 milhões), totalizando R\$ 1.335 milhões de Patrimônio Líquido (2011 - R\$ 1.331 milhões) e R\$ 9.369 milhões de Ativos (2011 - R\$ 6.348 milhões). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2012 é de 13,09% (2011 - 13,91%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito,** busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
 - Riscos de Mercado,** em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo banco;
 - Riscos Operacionais,** em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais;
 - Riscos de Liquidez,** visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.
- A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.bancogmac.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.477.

São Paulo, 22 de março de 2013.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.154.593	3.384.685
Disponibilidades	1.169	6.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	527.095	256.601
Aplicações no mercado aberto	527.095	256.601
Operações de crédito	3.142.283	1.913.344
Operações de crédito - setor privado	2.107.606	1.950.443
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.087.724	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.047)	(37.099)
Operações de arrendamento a receber - Setor privado	(28.529)	(7.041)
Operações de arrendamento a receber - Setor público	49.337	47.962
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(45.836)	(47.200)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(8.853)	(7.803)
Outros créditos	416.934	1.171.719
Diversos	415.124	1.171.719
Rendas a receber	1.810	-
Outros valores e bens	72.674	43.329
Bens não de uso próprio	620	953
(-) Provisões para desvalorizações de outros valores e bens	-	(103)
Despesas antecipadas	72.054	42.479
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.321.665	1.776.667
Títulos e Valores Mobiliários	107.052	27.490
Carteira própria	107.052	27.490
Operações de crédito	2.810.106	1.271.686
Operações de crédito - Setor privado	1.777.488	1.289.501
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.105.874	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73.256)	(17.815)
Operações de arrendamento mercantil	2.314	(1.346)
Operações de arrendamento a receber - Setor privado	29.455	32.097
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(27.141)	(31.589)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	-	(1.854)
Outros créditos	1.287.503	417.338
Diversos	1.286.684	417.338
Rendas a receber	819	-
Outros valores e bens	114.690	60.899
Despesas antecipadas	114.690	60.899
PERMANENTE	892.583	1.186.838
Investimentos	194.711	235.179
Participações em controladas no país	194.711	235.179
Outros investimentos	-	-
Imobilização de uso	5.376	5.292
Outras imobilizações de uso	10.115	9.135
(-) Depreciações acumuladas	(4.739)	(3.843)
Imobilização de arrendamento	692.450	946.224
Bens arrendados	653.504	893.306
(-) Depreciações acumuladas	38.946	52.918
Intangível	46	143
Ativos Intangíveis	12.026	51.467
(-) Amortizações acumuladas	(11.979)	(51.324)
TOTAL DO ATIVO	9.368.751	6.347.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	Capital social	Aumento de capital	Reserva de Capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Outras		
Homologação do aumento de capital - destinação do lucro de exercícios anteriores	849.534	197.341	380	51.124	68.721	-	1.167.100
Aumento de capital - utilização de reservas de lucro	-	197.341	-	-	(68.721)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	236.632	236.632
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - utilização de reservas de lucro	-	148.757	-	11.654	3.571	(148.757)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(15.225)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(72.650)	(72.650)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.046.875	217.478	380	62.778	3.571	-	1.331.082
Homologação do aumento de capital - destinação do lucro de exercícios anteriores	-	217.478	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	49.017	49.017
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.629	1.858	(4.487)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(380)	-	-	(44.530)	(44.910)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1.264.353	-	-	65.407	5.429	-	1.335.189
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	1.264.353	-	-	64.092	24.970	-	1.353.415
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	26.304	26.304
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.315	(19.541)	18.226	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(44.530)	(44.530)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1.264.353	-	-	65.407	5.429	-	1.335.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o semestre e exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais do Banco GMAC S.A. ("Banco") consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de caixa de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis utilizadas foram fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuadas pelo Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, substanciando no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministerial da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do financiamento ou devolução ao término do contrato. Os valores resultantes garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vender, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuadas pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de venda a preço de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador;
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no balanço patrimonial; (ii) o ativo financeiro é registrado no ativo em contrapartida com o passivo referente a obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no ano findo em 31 de dezembro de 2012, insuficiência de depreciação no montante de R\$466.137 (R\$205.234 em 2011), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentada superveniência de depreciação acumulada no montante de R\$ 458.010 (R\$ 465.809 em 2011), classificado no imobilizado de arrendamento (nota nº 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

- O agio na aquisição de investimento adquirido pela incorporada Braco Participações Ltda. e sua respectiva conta redutora, provisão para amortização integral de agio destinada à manutenção da integridade do patrimônio líquido do Banco (incorporado), são amortizados em até oito anos, observada a expectativa de resultados futuros.
- O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logísticos, e sua amortização é efetuada pelo prazo de vida útil estimado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuadas pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes. O benefício do IRPJ e CSLL resultante da operação de incorporação visando a reestruturação societária do Grupo GMAC em 2004 é somente reconhecido quando da sua efetiva realização.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não,

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre		Exercício	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	871.751	1.688.718	1.599.665	1.599.665
Operações de crédito	490.726	862.016	772.974	772.974
Operações de arrendamento mercantil	364.874	795.378	822.363	822.363
Resultado líquido do período e valores mobiliários	15.151	31.324	(4.672)	(4.672)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(656.101)	(1.345.112)	(1.115.643)	(1.115.643)
Operações de captações no mercado	(157.811)	(322.419)	(285.236)	(285.236)
Operações de arrendamento mercantil	(346.244)	(757.945)	(759.164)	(759.164)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	(63.162)	(94.154)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(88.884)	(170.594)	(71.243)	(71.243)
Insuficiência (superveniência) de depreciação	(25.906)	(40.488)	8.327	8.327
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(202.068)	(302.387)	(181.796)	(181.796)
Receitas de prestação de serviços	10.324	20.667	20.913	20.913
Rendas de tarifas bancárias	47.780	125.220	130.101	130.101
Outras despesas administrativas (nota 19)	(165.231)	(300.449)	(279.370)	(279.370)
Despesas tributárias	(25.121)	(50.474)	(48.945)	(48.945)
Resultado de participação em controladas	(25.906)	(40.488)	8.327	8.327
Outras receitas operacionais (nota 20)	30.645	66.629	100.043	100.043
Outras despesas operacionais (nota 21)	(74.559)	(123.512)	(112.865)	(112.865)
RESULTADO OPERACIONAL	13.582	41.219		



BANCO GMAC S.A.

CNPJ 59.274.605/0001-13
Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ouvvidoria 08007226022



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o semestre e exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessação é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no FIDC, o Banco reconheceu rendas na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários", R\$1.721, como resultado da variação dessas cotas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2012	2011
Operações de Crédito:		
Financiamentos	3.885.095	3.239.944
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	2.193.598	-
Operações de arrendamento mercantil	204.176	375.077
Total	6.282.869	3.615.021

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2012	2011
Operações de Arrendamento:		
Arrendamentos a receber	78.432	60.113
Rendas a apropriar	(72.977)	(58.843)
Valores residuais a apropriar	163.958	318.243
Valores residuais a balancar	(163.958)	(318.243)
Imobilização de arrendamento (nota nº 11)	692.450	946.224
Valor residual antecipado (nota nº 14)	(493.789)	(572.417)
Valor presente dos contratos	204.176	375.077

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Sector privado:				
Pessoa Física	4.849.392	77%	2.387.041	66%
Outros Serviços	1.120.376	18%	1.119.666	31%
Comércio	302.998	5%	105.564	3%
Indústria	10.103	0%	2.750	0%
Total	6.282.869	100,0%	3.615.021	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	21.733	0,3%	28.668	0,8%
De 61 a 180 dias	22.396	0,4%	13.280	0,4%
De 181 a 360 dias	11.334	0,2%	4.311	0,1%
	55.463	0,9%	46.259	1,3%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	837.731	13,3%	1.627.454	45,0%
De 181 a 360	2.420.646	38,5%	471.305	13,0%
Acima de 360 dias	2.969.029	47,3%	1.470.003	40,9%
	6.282.406	99,1%	3.568.762	98,7%
Total	6.282.869	100,0%	3.615.021	100,0%

e) Concentração do risco de crédito

	2012	2011
10 maiores devedores	198.146	3%
50 devedores seguintes	421.723	7%
100 devedores seguintes	579.543	9%
Demais devedores	5.283.457	84%
Total	6.282.869	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores

	2012	2011
Pré fixado	5.094.720	81%
Pós fixado	1.188.149	19%
Total	6.282.869	100%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:

	Contratos cedidos até 31/12/2011	Contratos cedidos após 01/01/2012	Total
Saldo no início do exercício	64.571	27.410	91.981
Constituição/(Reversão) de provisões	176.318	(18.240)	126.696
Baixas	(118.250)	-	(118.250)
Saldo no fim do exercício	122.459	9.170	144.325

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil e liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos após 01/01/2012:

Nível de risco	Taxa de Provisão %	2012		2011	
		Total das Operações	Provisão Constituída	Total das Operações	Provisão Constituída
AA		20.297	-	31.806	-
A	0,5	5.422.414	27.112	2.884.123	14.421
B	1	176.338	1.763	218.196	2.182
C	5	473.895	14.217	387.972	11.639
D	10	49.751	4.975	34.771	3.477
E	30	38.124	11.437	22.521	6.756
F	50	34.491	17.246	13.764	6.882
G	70	30.515	21.361	8.851	6.196
H	100	37.044	37.044	13.017	13.017
Total		6.282.869	135.155	3.615.021	64.570

Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$11.483. As operações de crédito renegociadas movitavam R\$2.510.

i) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$779.971 (R\$1.671.388 em 2011), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$12.219 (R\$29.016 em 2011). O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$317.898 (R\$102.251 em 2011), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" no montante de R\$ 324.796. Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$ 2.393, registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$2.542.583 (R\$2.928.897 em 2011). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2017.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registradas na rubrica de "Operações de crédito", monta R\$ 1.875.701, com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" no montante de R\$ 2.064.897. Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$10.303, registradas na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, até 31 de dezembro de 2011, com retenção substancial de riscos e benefícios, monta R\$1.578.857 (R\$ 3.146.179 em 2011). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$ 9.170 (R\$27.410 em 2011), na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (nota nº14), de acordo com os mesmos critérios adotados para os créditos não cedidos.

Composição da PDD - Carteira Cedida

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos até 31.12.2011		Contratos cedidos após 01.01.2012	
		Carteira	PDD	Carteira	PDD
AA		-	-	11.997	-
A	0,5	1.541.593	7.709	2.098.837	10.494
B	1	17.458	175	44.149	441
C	5	18.671	560	37.383	1.122
D	10	232	23	431	43
E	30	183	55	109	33
F	50	94	47	326	163
G	70	82	57	222	156
H	100	544	544	244	244
Total		1.578.857	9.170	2.193.598	12.696

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota nº 13.a)

	2012	2011
Depósitos judiciais (i)	703.095	691.905
Devedores diversos - país (ii)	783.056	727.824
Impostos a recuperar (iii)	107.476	64.146
Valores a receber de sociedades ligadas (nota nº 22.e) (iv)	88.467	71.420
Outros	19.347	26.825
Total	1.701.808	1.589.057

Ativo Circulante

	2012	2011
Realizável a longo prazo	415.124	1.171.719
	1.286.684	417.338

(i) Refere-se principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota nº15) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota nº16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (nota nº 20 e nº 21, respectivamente).

(ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$95.959 (R\$58.233 em 2011). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$3.318 (R\$3.767 em 2011) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se a substancialmente a antecipação de imposto de renda e Contribuição Social no valor de R\$87.670 (R\$70.633 em 2011).

(iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto a General Motors do Brasil no valor de R\$18.767 (R\$21.857 em 2011).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retornados são registrados no ativo não circulante, deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificados com base no valor justo dos respectivos bens.

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se a comissões pagas em campanha de financiamento de vendas, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações. No exercício, foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$ 97.468 (R\$116.988 em 2011), na rubrica "Outras Despesas Administrativas".

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2012		2011	
	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros S.A.	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros S.A.
Dados da controlada:				
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2011	170.787	64.415	174.654	52.221
Lucro (prejuízo) do exercício	(57.275)	16.803	(3.867)	12.194
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos: Valor atualizado dos investimentos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010	170.770	64.409	174.637	52.216
Resultado de equivalência patrimonial	(57.269)	16.801	(3.867)	12.193
Valor atualizado dos investimentos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011	113.501	81.210	170.770	64.409

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2012	2011
Veículos	649.817	881.311
Perdas em arrendamento a amortizar	3.887	9.106
Total de bens arrendados	653.504	890.417
Superavência de depreciação	458.010	465.809
Depreciação acumulada	(419.064)	(410.002)
Imobilizado de arrendamento	692.450	946.224

(*) Taxas de depreciação conforme portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84.

12. CAPTAÇÕES

	2012	2011
Depósitos interfinanceiros (a)	2.439.401	2.203.847
Depósitos a prazo (a)	1.060.747	621.854
Letras financeiras (a)	135.645	-
Total	3.635.793	2.825.701
Passivo circulante	2.774.101	1.727.267
Exigível a longo prazo	861.692	1.098.434

(a) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até abril de 2016, sujeitos a encargos financeiros variáveis entre 7,55% e 12,90% ao ano no montante de R\$364.353 (R\$420.315 em 2011) e captações pós fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$3.271.440 (R\$2.405.386 em 2011).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e créditos baixados	79.198	47.519	50.804	30.482
Provisão para riscos fiscais	152.490	88.035	138.120	79.413
Amortização de ágio	-	-	16.066	9.640
Outras Adições Temporárias (i)	48.703	29.475	45.585	27.604
Prejuízos fiscais	252.023	5.652	314.245	5.652
	532.414	170.681	564.820	152.791
Valor	-	-	(16.066)	(9.640)
(-) Créditos não contabilizados				
	703.095	691.905	-	-
(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.				
b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:				

presente 226.942 118.199 87.106 133.521 2.262 568.030

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 568.030 (R\$310.192 em 2011), calculado com base na taxa SELIC projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de impairment tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Ano	2012		2011		Valor contábil
	IR	CS	IR	CS	
Adições	Prejuízo Fiscal	Adições	Prejuízo Fiscal	Adições	Base
2013	67.458	73.618	18.577	39.814	709.995
2014	80.431	40.770	17.694	47.119	186.014
2015	67.933	21.351	22.446	39.816	151.546
2016	41.686	1.221	24.44		



BANCO GMAC S.A.

CNPJ 59.274.605/0001-13
Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ouvidoria 08007226022



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE /2012

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria do Grupo GMAC Brasil (GMAC) foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consórcio Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. O Comitê é composto por quatro membros permanentes. São eles: o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças, o Diretor de Riscos, eleitos na assembleia supracitada e o Membro Especializado, eleito em Reunião de Diretoria realizada em 10 de outubro de 2012 e empossado em 07 de novembro de 2012.

Conforme política interna, disponível na intranet, o Comitê de Auditoria assessora a Diretoria do Grupo na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras; da qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento dos riscos; da atuação, efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente; e do cumprimento das exigências legais e regulamentares.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

Durante o segundo semestre de 2012, o Comitê reuniu-se nos *Compliance Steering Councils* bimestrais para avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos e em uma sessão extraordinária para aprovação do Relatório semestral da Ouvidoria. Adicionalmente, reuniu-se em sessão ordinária realizada em março de 2012, quando foram realizados os seguintes trabalhos:

- a) **Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos** O Comitê acompanhou os trabalhos executados no segundo semestre de 2012 e avaliou que o cumprimento das recomendações feitas pela auditoria interna e independente foi satisfatório. Como pontos positivos, a Auditoria Interna destacou ações efetivas tomadas pela Administração para o cumprimento dos planos de ação dentro do prazo e a Auditoria Independente ressaltou uma melhoria no endereçamento das questões levantadas pela equipe. Essas melhorias se dão por conta de um maior envolvimento da Alta Administração no cumprimento das recomendações das auditorias.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco GMAC S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras, do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

b) Avaliação do Plano de Trabalho das Auditorias Interna e Independente de 2013

O Plano de Trabalho da Auditoria Independente para 2013 não foi apresentado na reunião ordinária, uma vez que, devido ao processo de venda das operações internacionais do Grupo GMAC, a contratação dos serviços de auditoria independente ainda não foi realizada. Assim que houver a contratação, o plano de trabalho será apresentado ao Comitê.

Por sua parte, a Auditoria Interna informou que seu Plano de Trabalho para 2013 está em fase final de aprovação pela matriz, sendo assim somente fez menção das principais áreas que poderão entrar no escopo dos trabalhos para 2013. Apesar de não haver a aprovação formal para o plano do ano todo, a primeira auditoria do plano (Tesouraria) foi aprovada pela General Motors Financial (GMF), nova controladora do Grupo, e pela Ally. O plano de trabalho anual deverá ser aprovado até o final de Março de 2013, e será apresentado ao Comitê para avaliação.

c) Validação da efetividade das auditorias independente e interna

Na opinião do Comitê, ambas as auditorias, de maneira geral, têm desenvolvido seus trabalhos de forma satisfatória e com uma abordagem de maior parceria com as áreas do Grupo. Os resultados dos trabalhos das auditorias neste semestre não apontaram existência de riscos residuais ou de falhas no cumprimento de legislações, regulamentações e normas internas que possam colocar em risco a solidez e continuidade do Grupo.

d) Recomendação à Diretoria da correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições
Foi recomendado à Diretoria do Grupo que, durante o processo de transição gradual para a GMF, em que algumas lideranças da Ally serão transferidas para GMF em Abril de 2013, as respectivas equipes, que permanecerão mais alguns meses na Ally, mantenham o mesmo reporte hierárquico.

e) Aprovação de Relatório do Comitê de Auditoria
O presente documento foi aprovado pelos membros do Comitê, bem como seu respectivo resumo a ser

selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.
Base para opinião com ressalva
O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superavaliação ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f das demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a

divulgação junto às Demonstrações Financeiras do período, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 3.198/04.

f) Avaliação da efetividade do Sistema de Controle Interno
Com base nas informações e observações colhidas no âmbito de suas atividades e na participação nos diversos fóruns colegiados do Grupo, o Comitê julga que o Sistema de Controle Interno do Grupo GMAC é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos do Grupo. Adicionalmente, o Comitê considerou que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais e de compliance estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com a regulamentação.

g) Revisão das Demonstrações Contábeis do período
O Comitê, previamente à divulgação das Demonstrações Financeiras semestrais do Grupo, analisou e avaliou em conjunto com os profissionais responsáveis pela contabilização, um resumo das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios de administração e relatório do auditor independente, confirmando-lhes a qualidade e conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizadas, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias e áreas de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras semestrais do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 26 de março de 2013.

O Comitê de Auditoria

David Brinkman Glauco Klug Vieira Marcos Pedote Sergio Tuffy Sayeg (membro especializado)



GMACI CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Av. Indianópolis, 3096, São Paulo - SP
CNPJ nº 05.940.706/0001-57

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa e das Mudanças do Patrimônio Líquido, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
Circulante	36.878	31.122	Circulante	1.152	1.138
Caixa e equivalentes de caixa	51	1.395	Outras obrigações	1.152	1.138
Ativos financeiro mantidos até o vencimento (nota 4)	36.506	29.455	Fiscais e previdenciárias (nota 6.b)	1.111	992
Ativos financeiro mantidos até o vencimento	36.506	29.455	Valores a pagar a sociedades ligadas	59	23
Outros ativos	321	272	Outras	(18)	23
Imposto de renda a compensar	321	272	Patrimônio Líquido	80.900	64.415
Não Circulante			Capital social (nota 7)	10	10
Realizável a Longo Prazo	45.174	34.431	Capital social	10	10
Ativos financeiro mantidos até o vencimento (nota 4)	45.174	34.431	Reserva de lucros	80.890	64.405
Ativos financeiro mantidos até o vencimento	45.174	34.431			
Reserva de lucros					
Total do Ativo	82.052	65.553	Total do Passivo	82.052	65.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	2	52.209	12.194	52.211
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.194	12.194
Reserva de lucros	-	-	12.194	(12.194)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	10	2	64.403	16.485	64.415
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.485	16.485
Reserva de lucros	-	-	16.485	(16.485)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	10	2	80.888	-	80.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e Nivel 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. c) **Comissões de corretagem de seguros:** São reconhecidas integralmente com base nos avisos de aprovação e emissão das apólices pelos seguradores e seguradas, e das apólices para clientes do Banco GMAC S.A. e consorciadas da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. d) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída com base no cálculo pelo lucro presumido, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social foi constituída com base no cálculo pelo lucro presumido, à alíquota de 9%. **4. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** a) São representadas por Certificações de Depósito Bancário - CDBs junto ao acionista controlador Banco GMAC S.A. e indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimentos até dezembro de 2013.

b) A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos conforme abaixo: • Nivel 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nivel 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nivel 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nivel 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2012			2011		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
CDBs	36.506	45.174	81.680	29.455	34.431	63.886

5. Gerenciamento de Riscos Corporativos: É efetuado de acordo com as políticas internas do Grupo, que possui estrutura de gestão de riscos para atender exigências dos agentes reguladores. Nesse sentido, a Administração entende que a Corretora não está exposta a risco de crédito de liquidez consideráveis relevantes, tendo em vista que: • Risco de crédito - seus ativos são substancialmente representados por aplicações financeiras junto ao seu controlador; • Risco de liquidez - a Corretora possui uma forte liquidez e não possui endividamento financeiro; • Risco de mercado - a Corretora possui aplicações financeiras, pós fixadas, pactuadas em condições de mercado e indexadas a variação do CDI, dessa forma a redução das taxas de juros resultaria na redução de suas receitas financeiras. **6. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, calculados até a data-base 31 de dezembro de 2012, com base no regime de apuração do lucro presumido, estão assim demonstrados:

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da GMACI Corretora de Seguros S.A. - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da GMACI Corretora de Seguros S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne-

cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do au-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2012	2011		2012	2011
Receitas de prestação de serviços (nota 8)	18.446	12.198	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Tributos incidentes sobre a receita de prestação de serviços (nota 11)	(1.123)	(689)	Lucro Líquido Ajustado	16.485	12.194
Receita Líquida	17.323	(689)	Lucro Líquido	16.485	12.194
Custos da prestação de serviços	(1.877)	(1.607)	Caixa proveniente das operações	19.280	14.875
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.684	6.473	Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.829)	(2.569)
Outras despesas administrativas (nota 9)	(822)	(741)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.451	12.306
Outras receitas operacionais	92	64	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Lucro	4.954	5.796	Aumento em títulos e valores mobiliários	(17.794)	(11.029)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.915)	(3.504)	Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento	(17.794)	(11.029)
Provisão para imposto de renda (nota 6)	(2.872)	(2.570)	Aumento (Redução) Líquido(a) do Caixa e Equivalente de Caixa	(1.344)	1.277
Provisão para contribuição social (nota 6)	(1.043)	(934)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.395	118
Lucro Líquido do Exercício	16.485	12.194	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	51	1.395
Outros resultados abrangentes	-	-			
Resultado Abrangente do Exercício	16.485	12.194			
Atribuível a controladora	16.483	12.193			
Atribuível aos minoritários	2	1			
Lucro Líquido por Ação - R\$	1.648,52	1.219,40			
Total de ações - 10.000					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2012	2011		2012	2011
Receita de prestação de serviços	18.446	12.198	Serviços técnicos especializados	109	144
Atribuível a controladora	18.446	12.198	Propaganda e publicidade	16	39
Atribuível aos minoritários	-	-	Sistema de comunicação	353	213
base de cálculo por estimativa	32%	32%	Serviços prestados de terceiros	28	103
base de cálculo	5.903	5.903	Despesa com aluguel e condomínio	291	163
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.684	6.473	Outras	25	77
base-base para tributação	11.587	11.587	Total	822	741
Alíquota utilizada para o cálculo	29%	9%	10. Partes Relacionadas: a) Remuneração da Administração: Na assembleia geral de acionistas, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.872	2.570	b) Benefícios de Curto Prazo		
Total	3.915	3.504	Salários e Honorários da Diretoria Executiva	128	87

b) A rubrica "Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias" apresentava a seguinte composição no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	2012	2011
Provisão para imposto de renda corrente	727	678
Provisão para contribuição social corrente	264	246
Outros (f)	120	68
Total	1.111	992

Referência-se principalmente a contribuição de PIS e COFINS no valor de R\$ 90 (R\$41 em 2011). **7. Capital Social:** O capital social está representado por 10.000 ações ordinárias. Sem valor nominal, sendo 99,99% pertencentes ao Banco GMAC S.A. Conforme previsto no estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, conforme proposta da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram propostos dividendos, por não haver intenção de sua distribuição. De acordo com as regras do Pronunciamento Técnico - CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os saldos do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e distribuições de lucros aos acionistas, estão sendo transferidos para a conta de reserva de lucros para futura destinação. **8. Receita de Prestação de Serviços:** Refere-se à receita de comissões de corretagem de seguros recebidas da Indiana Seguros S.A., Itaú Seguradora S.A. e da Carif do Brasil Vida e Previdência, pela prestação de serviços de intermediação na negociação de contratos de seguro com o Banco GMAC S.A. e a GMAC Administradora de Consórcios Ltda. e seus respectivos clientes, que representa a prestação definitiva o final de seus serviços. **9. Outras Despesas Administrativas:** A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011		2012	2011
Despesa de impostos sobre serviços - ISS	356	244	11. Tributos Incidentes sobre a Receita de Prestação de Serviços: A rubrica "Despesas Tributárias" apresentava a seguinte composição no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:		
Despesa de contribuição - COFINS	660	366	Despesa de impostos sobre serviços - ISS	356	244
Despesa de contribuição - PIS/PASEP	107	79	Despesa de contribuição - COFINS	660	366
Total	1.123	689	Despesa de contribuição - PIS/PASEP	107	79

Contador: ELIO PEREIRA SALES - CRC nº 1SP 212554/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da GMACI Corretora de Seguros S.A. - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da GMACI Corretora de Seguros S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne-

cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do au-

ditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião,

as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMACI Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 19 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

